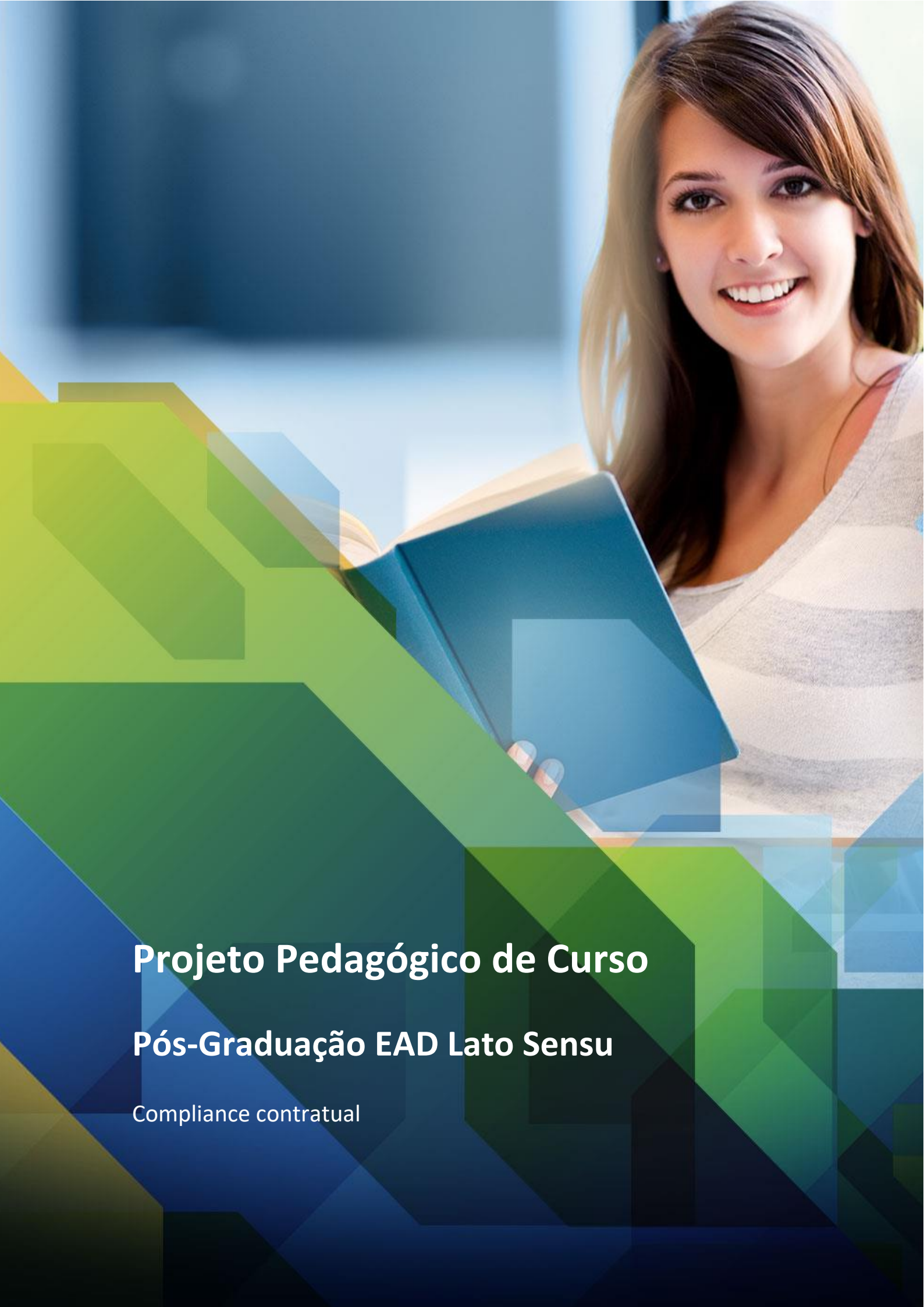




Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação EAD Lato Sensu

Compliance contratual

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2.	Características Técnicas do Curso	3
3.	Público Alvo	3
4.	Critérios de Seleção.....	4
5.	Justificativa do curso	4
6.	Objetivos do curso.....	4
7.	Competências e habilidades do curso.....	4
8.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9.	Estágio Não Obrigatório	7
10.	Matriz Curricular	8
11.	Carga Horária.....	9
12.	Conteúdo programático	9
13.	Infraestrutura Física e Pedagógica	19

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Compliance contratual

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Área do Conhecimento (CAPES): Direito Civil (60103019), Direito Processual Civil (60102047) e Direitos Especiais (60104007)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso se destina a Advogados, defensores públicos, promotores de justiça, magistrados e demais operadores jurídicos que atuem na área do Direito Contratual; Profissionais de nível superior que atuem ou pretendam atuar em órgãos públicos, em empresas privadas que prestem serviços ou que façam parcerias com órgãos governamentais, em organizações do terceiro setor, movimentos sociais ou mesmo no ensino superior; servidores públicos e profissionais da área de Justiça, que objetivem iniciar e aprofundar estudos.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Compliance Contratual da Rede LFG é, um curso diferenciado, pois focado na análise do fenômeno pós-moderno contratual em vistas da necessidade social de boas práticas.

O curso procura passar por todas as categorias jurídicas e desafios contemporâneos relativos à tais ramos sob o enfoque do compliance contratual. Entre as categorias estudadas destacam-se: Teoria Geral dos Contratos, Contratos Cíveis, Contratos Empresariais e relação com consumidores, Contratos de Direito do Trabalho e Desportivo, Contratos imobiliários, Contratos com Administração Pública, Contratos de Direito de Família e Relações Testamentárias, entre outros, são estudados neste curso, com a devida profundidade.

Por fim, o corpo docente é composto por professores titulados, destacando-se docentes com farta experiência teórica e prática e no ensino à distância.

6. Objetivos do curso

O curso procura conciliar a teoria e a prática, demonstrando os principais desafios relativos ao Direito Contratual, trazendo ao aluno ferramentas efetivas para atuação nesses ramos jurídicos. Há uma interação simbiótica não só entre o Direito Contratual, mas também com o Direito Civil, práticas regulatórias, políticas governamentais e empresariais.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Conciliar a teoria e a prática, o conteúdo e a didática de forma única e, com isso, levar os alunos ao estudo do compliance contratual sob o enfoque da Teoria Geral dos Contratos, Contratos Cíveis, Contratos Empresariais e relação com consumidores, Contratos de Direito do Trabalho e Desportivo, Contratos imobiliários, Contratos com Administração Pública, Contratos de Direito de Família e Relações Testamentárias e aplica-los no dia-a-dia.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos

- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da

análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Introdução ao compliance	0h	40h	40h

Compliance contratual	0h	40h	40h
Teoria geral dos contratos	0h	40h	40h
Contratos civis	0h	40h	40h
Contratos empresariais e relação com consumidores	0h	40h	40h
Contratos de direito do trabalho e desportivo	0h	40h	40h
Contratos imobiliários	0h	40h	40h
Contratos com administração pública	0h	40h	40h
Contratos de direito de família e relações testamentárias	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal.

Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <
http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papirus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Introdução ao compliance

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados ao Compliance, em especial cuidando de temas como Introdução ao Compliance, Marcos normativos, Governança corporativa e Compliance e Efetividade de programas de Compliance.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos de Compliance aplicados aos contratos, abordando temas específicos como, Conceitos e diferenciações. Função de Compliance, principais marcos normativos. Lei e Decreto Anticorrupção, FCPA, UK Brbery Act,

Governança corporativa, programas de Compliance e programas de integridade e Acompanhamento e verificação de efetividade de programas de Compliance.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Compliance: Conceitos e diferenciações. Função de Compliance

Conteúdo Programático 2: Marcos normativos: Principais marcos normativos. Lei e Decreto Anticorrupção, FCPA, UK Bribery Act.

Conteúdo Programático 3: Governança corporativa e Compliance: Governança corporativa, programas de Compliance e programas de integridade

Conteúdo Programático 4: Efetividade de programas de Compliance: Acompanhamento e verificação de efetividade de programas de Compliance.

Bibliografia Básica:

COIMBRA, M.A.; MANZI, V.A, Manual de Compliance. São Paulo: Atlas. 2010

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. Governança Corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Demais referências:

DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. Volkmer. **Comentários sobre a lei anticorrupção.** São Paulo: Saraiva, 2016

MANZI, V.A. Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas. São Paulo: Saint Paul, 2008.

DEL DEBBIO, Alessandra; MAEDA, Bruno Carneiro; AYRES, Carlos Henrique da Silva. Temas de Anticorrupção & Compliance. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

VERRÍSSIMO, Carla. **Compliance:** incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2017.

Disciplina: Compliance contratual

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados ao Compliance contratual em especial cuidando de temas como Fraudes e irregularidades em contratos, Controles internos referentes a contratos e Cláusulas contratuais.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos de Compliance aplicados aos contratos, abordando temas específicos como, Noções de auditoria: fraudes e irregularidades envolvendo contratos; estrutura de controles internos; Principais cláusulas

contratuais referentes a Compliance em relação a contratos envolvendo agentes privados e envolvendo agentes públicos.

Conteúdo Programático 1: Fraudes e irregularidades em contratos: Noções de auditoria: fraudes e irregularidades envolvendo contratos.

Conteúdo Programático 2: Controles internos referentes a contratos: Compliance e contratos: estrutura de controles internos

Conteúdo Programático 3: Cláusulas contratuais e Compliance I: Principais cláusulas contratuais referentes a Compliance em relação a contratos envolvendo agentes privados e envolvendo agentes públicos.

Conteúdo Programático 4: Cláusulas contratuais e Compliance II: Principais cláusulas contratuais referentes a Compliance em relação a contratos envolvendo agentes privados e envolvendo agentes públicos.

Bibliografia Básica:

COIMBRA, M.A.; MANZI, V.A, Manual de Compliance. São Paulo: Atlas. 2010

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. Governança Corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Demais referências:

MANZI, V.A. Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas. São Paulo: Saint Paul, 2008.

DEL DEBBIO, Alessandra; MAEDA, Bruno Carneiro; AYRES, Carlos Henrique da Silva. Temas de Anticorrupção & Compliance. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

Disciplina: Teoria geral dos contratos

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados aos os Princípios Contratais, Formação dos Contratos, Efeitos Contratais e da Extinção dos Contratos.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos institutos jurídicos contratuais, em especial dos Princípios Contratais, Formação dos Contratos, Efeitos Contratais e da Extinção dos Contratos.

Conteúdo Programático 1: Princípios contratuais.

Conteúdo Programático 2: Formação dos Contratos.

Conteúdo Programático 3: Efeitos Contratuais.

Conteúdo Programático 4: Extinção dos Contratos.

Bibliografia Básica:

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em espécie. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. III; 26ª Ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 2

Demais referências:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: contratos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 4.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: Contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

SCHREIBER, Anderson. Equilíbrio contratual e dever de renegociar. São Paulo: Saraiva, 2018

VENOSA, Silvío. Direito Civil – Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005

WALD, Arnoldo. Direito Civil 2 – Obrigações. 11a ed. São Paulo: Saraiva, 2009

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Disciplina: Contratos civis

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados aos contratos em espécie, tratando especialmente da Compra e Venda, Doação, Prestação de Serviços e Empreitada.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos contratuais, abordando temas específicos dos contratos nominados, analisando-lhes a classificação, os pressupostos, os elementos, as espécies, os efeitos e a execução.

Conteúdo Programático 1: Compra e Venda

Conteúdo Programático 2: Doação

Conteúdo Programático 3: Prestação de Serviços

Conteúdo Programático 4: Empreitada

Bibliografia Básica:

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em espécie. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. III ; 26ª Ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: Contratos e atos unilaterais. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

Demais referências:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: contratos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 4.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: Contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

TEIXEIRA, Tarcísio. Manual da compra e venda: doutrina, jurisprudência e prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VENOSA, Silvío. Direito Civil – Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005

WALD, Arnoldo. Direito Civil 2 – Obrigações. 11a ed. São Paulo: Saraiva, 2009

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Disciplina: Contratos empresariais e relação com consumidores

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados aos contratos em empresariais e relações de consumo, tratando especialmente da Agência, Distribuição e Representação Comercial, Oferta e Publicidade nas relações de consumo e Práticas e Cláusulas Abusivas no Mercado de Consumo.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos contratuais, abordando temas específicos dos contratos empresariais e relações de consumo , analisando-lhes a classificação, os pressupostos, os elementos, as espécies, os efeitos e a execução.

Conteúdo Programático 1: Agência, Distribuição e Representação Comercial

Conteúdo Programático 2: Armazenagem e Transporte

Conteúdo Programático 3: Oferta e Publicidade nas relações de consumo

Conteúdo Programático 4: Práticas e Cláusulas Abusivas no Mercado de Consumo

Bibliografia Básica:

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 16ª ed., São Paulo, Saraiva, 2014, v. 3.

VERCOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Direito Comercial. São Paulo: RT, 2014.

Demais referências:

DIAS, Lucia Ancona Lopez de Magalhães. Publicidade e Direito: enganosa, abusiva, infantil, digital e comparativa. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

WALD, Arnoldo. Obrigações e contratos. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman; MIRAGEM, Bruno Código de Defesa ao Consumidor. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NEGRÃO, Ricardo José. Curso de Direito Comercial e de Empresa: títulos de crédito e contratos empresariais. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V. 2.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direitos do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2013

Disciplina: Contratos de direito do trabalho e desportivo

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados aos contratos de trabalho e direito desportivo, em especial trabalhando a relação de trabalho e a terceirização, bem como o contrato de trabalho e seus desdobramentos.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos contratuais, abordando temas específicos dos contratos de trabalho, terceirização do contrato de trabalho, o contrato de trabalho do atleta e os contratos correlacionais do atleta profissional.

Conteúdo Programático 1: Contrato de Trabalho

Conteúdo Programático 2: Terceirização nos Contratos de Trabalho

Conteúdo Programático 3: Contrato de trabalho do atleta profissional

Conteúdo Programático 4: Contratos correlacionais do atleta profissional

Bibliografia Básica:

AIDAR, Carlos Miguel. Direito Desportivo. São Paulo: Mizuno, 2000.

BARBOSA GARCIA, Gustavo Felipe. Curso de Direito do Trabalho. 9ª edição – São Paulo: Gen/Forense, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto Direito do Trabalho. 31ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015

Demais referências:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

EZABELLA, Felipe Legrazie. Direito Desportivo e Imagem do Atleta. São Paulo: Iob/Thomson, 2006.

CARLEZZO, Eduardo. Direito Desportivo Empresarial. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

HINZ, Henrique Macedo. Direito Coletivo do Trabalho 3ª Edição, São Paulo: Saraiva 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. A continuidade do contrato de trabalho. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direitos trabalhistas do atleta profissional de futebol. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Disciplina: Contratos imobiliários

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados aos contratos imobiliários, Superfície e Laje, Incorporação Imobiliária, Hipoteca e Penhor e Alienação Fiduciária em Garantia de bem imóvel.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos contratuais, abordando temas específicos dos contratos imobiliários, em especial, Superfície e Laje, Incorporação Imobiliária, hipoteca e Penhor e Alienação Fiduciária em Garantia de bem imóvel.

Conteúdo Programático 1: Superfície e Laje

Conteúdo Programático 2: Incorporação Imobiliária

Conteúdo Programático 3: Hipoteca e Penhor

Conteúdo Programático 4: Alienação Fiduciária em Garantia de bem imóvel

Bibliografia Básica:

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Direito das Coisas. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. V, 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil : Direitos Reais. V. 5. 11ª ed., São Paulo : Atlas, 2015.

Demais referências:

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 4.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: direitos reais. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 5.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, 25ª Ed. Saraiva, 2010.

BUFFOLIN, Augusto Passamani. Hipoteca Constituição, Eficácia e Extinção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GRAMSTRUP, Erik Frederico; PEREIRA DE BARROS, Paula Cristina Lippi. Alienação Fiduciária De Imóvel: Aporias Na Contratação. Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN – v. 18, n. 1, p. 121-159, jan./abr. 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: Coisas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 4.

DISCIPLINA: Contratos com administração pública

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados com a administração e seus contratos, trabalhando os princípios contratuais com a administração públicas, cláusulas contratuais com administração pública, Procedimentos licitatórios e Parceria público privada e seus desdobramentos.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos contratuais, abordando temas específicos como princípios contratuais com a administração públicas, cláusulas contratuais com administração pública, Procedimentos licitatórios e Parceria público privada e seus desdobramentos.

Conteúdo Programático 1: Princípios contratuais com a administração pública

Conteúdo Programático 2: cláusulas contratuais com administração pública

Conteúdo Programático 3: Procedimentos licitatórios

Conteúdo Programático 4: Parceria público privada e seus desdobramentos

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 25ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 35ª ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus,

Demais referências:

ARAÚJO, Edmir Netto. Curso de Direito Administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COUTO, Reinaldo. Curso de Direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 10a ed. São Paulo: RT, 2014.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogerio Pacheco. Improbidade Administrativa. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 14ª Ed. São Paulo: RT, 2010.

Disciplina: Contratos de direito de família e relações testamentárias

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos relacionados com o Direito de Família e Sucessões, trabalhando seus principais instrumentos como o Contrato de convivência e a união estável, Pacto antenupcial e o Casamento, Planejamento sucessório, empresas familiares e o pacto corvina e Relações Testamentárias.

Objetivo da disciplina: Propiciar aos alunos a base dogmática dos modelos contratuais, abordando temas específicos como Contrato de convivência e a união estável, Pacto antenupcial e o Casamento, Planejamento sucessório, empresas familiares e o pacto corvina e Relações Testamentárias.

Conteúdo Programático 1: Contrato de convivência e a união estável

Conteúdo Programático 2: Pacto antenupcial e o Casamento

Conteúdo Programático 3: Planejamento sucessório, empresas familiares e o pacto corvina

Conteúdo Programático 4: Relações Testamentárias

Bibliografia Básica:

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Família e Sucessões. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: RT, 7ª Ed., 2010.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 11ª Ed. , São Paulo: Saraiva, 2009.

Demais referências:

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. Casamento e União Estável: requisitos e efeitos pessoais. São Paulo: Manole, 2004.

AMORIM, Sebastião Luiz; OLIVEIRA, Euclides. Inventários e partilha. São Paulo. RT, 7ª Ed., 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 6.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: direito das sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V. 7.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. O divórcio na atualidade. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito das sucessões*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 7.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito civil: famílias. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 5.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito civil: sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 6.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Calvo do Rego Dabus. Curso de Direito de família. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Calvo do Rego Dabus. Curso de Direito das Sucessões. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RANGEL, Rafael Calmon. Partilha de bens: na separação, no divórcio e na dissolução da união estável. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.

